corporação encarregada do culto católico autorizado também a assinar em nome do Estado a competente escritura de troca, e incumbindo à comissão administrativa dos bens culturais no concelho da Feira a fiscalização do cumprimento das condições da permuta agora autorizada.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1932.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José de Almeida Eusébio.*

Administração e Inspecção Geral das Prisões

Decreto n.º 21:175

O problema da assistência prisional foi antevisto há muito, entre nós, mas ninguém ainda tratou de resolvê-lo definitivamente.

Já o decreto de 20 de Novembro de 1884, que deu execução ao regime penitenciário, fixou um dos seus aspectos.

Nêle foi determinado (artigo 12.º, n.º 3.º) que o Conselho Geral Penitenciário, aí criado (artigo 6.º), deveria promover a organização de sociedades de protecção aos condenados que tivessem expiado as penas, propondo ao Governo quanto pudesse depender de lei ou resolução do Poder Executivo.

A lei de 6 de Julho de 1893 (artigo 7.º) dispôs que o Governo promoveria a organização de associações de protecção aos condenados.

O regulamento de 21 de Setembro de 1901 (cadeias civis do continente e ilhas), nos seus artigos 211.º e seguintes, focou de novo o problema, sem lhe dar solução definitiva.

No entanto, já em certo modo se fixaram algumas das suas linhas gerais, abrangendo-se aspectos novos.

Assim, aí se preceituou que o Governo promoveria o estabelecimento de associações de patronato aos presos, junto das cadeias de Lisboa e Porto; que essas associações estabeleceriam delegações nas comarcas do seu distrito judicial; que o Governo concorreria para a sua manutenção com o saldo das administrações dos postos antropométricos e com uma dotação orçamental; finalmente que teriam a seu cargo:

- 1.º Subsidiar as famílias dos presos durante o cativeiro;
- 2.º Recolher e educar os filhos destes;
- 3.º Proteger e educar os presos, depois de cumprida a pena.

E dispunha-se ainda que os directores das casas de correcção de menores se entenderiam com estas associações, para o efeito de colocação dos seus internados.

O decreto de 23 de Agosto de 1902 procurou dar corpo e vida a tais princípios.

Para isso criou duas numerosas comissões de patronato, uma em Lisboa, outra no Porto, integrou-as por altas figuras da magistratura e da burocracia, por senhoras e gente da agricultura, da indústria e do comércio, com o bispo respectivo a presidir.

Regulamentou-lhes a acção, predominando a feição burocrática na ordenação dos serviços. Talvez por isso, talvez por outras razões, a ideia não teve seguimento e praticamente as prisões continuaram sem assistência.

O regulamento de 10 de Setembro de 1926, que remodelou a organização da Colónia Penal Agrícola de Sintra, consignou (artigo 119.º) o princípio da applicabilidade à colónia da legislação vigente sobre a organização de comissões de patronato destinadas a proteger e encontrar colocação aos colonos restituídos à liberdade.

E é tudo quanto o Estado fez até hoje pela assistência prisional.

Salva a tentativa de 1902, cujo inêxito se explica pela sua falta de espírito prático, não se passou, como se vê, de meras referências incidentais, demonstrativas, é certo, de que o problema não era desconhecido nem estava esquecido, mas de nenhum alcance, afinal, no ponto de vista de realização.

Entende o Governo que chegou a hora de dotar os serviços prisionais com êsse poderoso instrumento de acção.

Não basta que a Sociedade segregue os elementos perturbadores que surgem no seu seio e os encarcere, inactivos, ou os sujeite ao trabalho, nas próprias prisões ou em colónias.

É preciso muito mais, para se empreender a sério a obra da reeducação dos delinquentes; é preciso prestar-lhes, com espírito de continuidade e método, assistência material e moral — sobretudo moral.

O critério da vindita social está hoje abandonado em todas as nações progressivas — por deshumano e anti-social.

O encerramento puro e simples do criminoso adentro duma prisão é em regra contraproducente. Em regime de comunidade transforma a maior parte das vezes o delincente episódico em delincente profissional; no regime de isolamento muitas vezes o homem são adocece, as taras acentuam-se, as tendências mórbidas exacerbam-se, e a prisão restitue à vida um revoltado ou um desesperado, quando não um anormal ou um louco.

Não quiere isto dizer que deva suprimir-se o regime, mas quiere dizer que deve humanizar-se, individualizando-o.

Tanto procurou o Governo fazer com o decreto n.º 20:887, que permite que cada caso seja convenientemente estudado, para que lhe caiba o regime mais consentâneo à complexão physio-psíquica do respectivo agente.

É a prática do salutar princípio de que o que há a considerar são os criminosos, mais de que os crimes.

Mas a regeneração de um criminoso é um problema demasiadamente complexo para que a sua solução integral se encontre no fundo de uma retorta ou no fim de uma lucubração; ela é sobretudo a resultante de factores morais que o Estado não é o mais apto para criar o movimento.

Deve o Estado limitar-se a disciplinar a ideia de assistência e a auxiliar a sua realização, deixando à iniciativa individual a acção propriamente dita.

A solução definitiva do problema só pode dêste modo encontrar-se na acção coordenada do Estado e da própria Sociedade.

A acção singular daquele apenas se exerce, e ainda assim por forma insufficiente, enquanto dura o período de reclusão.

Terminado êle, o condenado, já liberto, regressará à Sociedade, que o segregara; o regime a que estivera sujeito deixará de actuar sobre êle como elemento disciplinador, o, desamparado e repellido, voltará a perder-se, se não encontrar amparo em alguém.

É êsse um dos aspectos mais interessantes da acção do Patronato.

Assim comprehende o Governo êste momentoso problema e assim procura resolvê-lo com o regime de assistência instituído por êste decreto.

Nêle se encaram os seus múltiplos aspectos: assistência moral e material aos condenados, durante e após a prisão, às famílias (consortes e filhos menores) e às vítimas imediatas do delito.

Sem gravame para o Estado, procura-se dotar a instituição com os recursos possíveis; à sua administração organiza-se em bases simples; disciplina-se a sua acção, de modo a assegurar-se-lhe a unidade e liberdade indispensáveis para que possa realizar-se um largo plano de conjunto; e finalmente estabelece-se em termos simples

o regime do seu desenvolvimento, de molde a abranger em pouco tempo todos os estabelecimentos prisionais do País.

Espera e confia o Governo que a acção particular compreenda o seu pensamento e colabore, de alma e coacção, na realização d'êlo.

Poderão uns, pela palavra escrita ou falada, propagar o seu conhecimento; poderão outros proteger a obra materialmente, auxiliando o seu custeio; poderão muitos cooperar nela directamente com o seu trabalho pessoal; e poderão todos estabelecer à sua volta um ambiente de interesse e simpatia, sem o qual nenhuma idea triunfa, por mais elevada e nobre que seja.

Superior a todas as ideologias, acima de todas as correntes de acção política, sobranceira a todos os interesses, esta obra de assistência é por excelência nacional e por isso mesmo todos os portugueses, sem distinção, lhe devem cooperação e aplauso.

Obra de apostolado e de resgate, tem nela também a mulher um largo e nobre papel, bem digno da sua bondade.

Honra-se o Governo apelando para todos e a todos convocando para esta grande obra de piedade e utilidade social.

Por isso, tendo em conta o exposto e o relatório que me foi presente pelo Ministro da Justiça e dos Cultos:

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Associação de Patronato das Prisões

CAPÍTULO I

Nome, domicilio e fins

Artigo 1.º Êste estatuto rege toda a acção de patronato nas prisões civis, a qual fica assim incumbindo exclusivamente à Associação de Patronato das Prisões.

§ único. A sede desta Associação é em Lisboa, com filiais nas capitais de cada distrito judicial e delegações ou núcleos nas cabeças das comarcas.

Art. 2.º A Associação de Patronato das Prisões é uma pessoa moral, com todas as faculdades inerentes a tal qualidade.

Art. 3.º A sede social, emquanto não puder estabelecer-se em casa própria, será em Lisboa, na Administração Geral das Prisões ou em lugar indicado por esta Repartição.

Art. 4.º Os fins da Associação são, de um modo geral, colaborar com o regime prisional na obra de regeneração dos delinquentes, assistir-lhes moral e materialmente durante a prisão, trabalhar para a sua reintegração na vida social, ampará-los, quando livres, em ordem a evitar a reincidência, e proteger as vítimas imediatas dos delitos, quando seja necessário.

§ único. Devem ter lugar principal na sua acção, conforme dispõe o regulamento de 21 de Setembro de 1901 (artigo 211.º e seguintes), estes objectivos especiais:

1.º Subsidiar as famílias dos presos indigentes e proteger, recolher e educar os seus filhos durante o cativo;

2.º Proteger e colocar os próprios presos após a expiação da pena.

CAPÍTULO II

Quem a constitue

Art. 5.º Podem ser sócios da A. P. P. todos os individuos que tenham pelo menos dezóito anos de idade e possuam condições de idoneidade moral e mental.

Art. 6.º Serão sócios fundadores os que como tais se inscreverem na Administração Geral das Prisões antes de se declarar constituída a Associação de Patronato das Prisões.

Art. 7.º Os sócios fundadores, em qualquer número, serão admitidos por despacho do administrador geral das prisões, que indicará quatro de entre elles para constituírem a comissão organizadora, a que presidirá.

§ único. Compete a esta comissão exercer todas as faculdades que por êste estatuto são atribuídas à direcção, emquanto esta não funcionar.

Art. 8.º Os sócios são: actuantes ou simplesmente protectores.

§ 1.º Sócios actuantes são os que, pela sua acção pessoal, cooperem na realização dos fins previstos no artigo 4.º

§ 2.º Sócios protectores são os que para tanto apenas contribuam por forma indirecta, mediante o pagamento de cotas ordinárias ou subsídios extraordinários avultados.

Art. 9.º A direcção distribuirá em cada ano os diversos serviços de patronato.

§ 1.º A distribuição far-se-á por secções e estas serão constituídas pelos sócios actuantes que mais indicados estiverem, pelas suas condições pessoais, para a acção a exercer.

§ 2.º No que respeita ao serviço de visitas periódicas ter-se-á em conta, como principio geral, que os sócios só deverão visitar prisões de individuos do seu sexo. Excepcionalmente poderão ser visitadas prisões masculinas por senhoras, mediante decisão especial da direcção com informação favorável do director do respectivo estabelecimento.

Art. 10.º Os cargos directivos ou administrativos da Associação poderão ser exercidos por sócios actuantes de um ou outro sexo.

CAPÍTULO III

Administração interna

Art. 11.º A administração da A. P. P. é exercida pela direcção.

Art. 12.º A direcção será constituída por quatro vogais eleitos, devendo ser dois, se fôr possível, do sexo feminino, e pelos directores dos estabelecimentos penais da localidade.

Art. 13.º O presidente será o administrador geral das prisões, o vice-presidente um daqueles funcionários ou quem fôr designado pela Administração Geral das Prisões.

Art. 14.º Os vogais eleitos serão escolhidos de entre os sócios actuantes.

Art. 15.º A escolha dêstes far-se-á em assemblea dos sócios actuantes, presidida pelo administrador geral das prisões, que terá lugar no dia 1 de Maio de cada ano, e os escolhidos podem ser reconduzidos uma ou mais vezes e tomarão posse, antes de 20 de Julho, em dia designado pelo presidente.

Art. 16.º A direcção administrará livremente os fundos da Associação, prestando contas anualmente ao Conselho Penal e Prisional, por intermédio do administrador geral das prisões, que informará sobre elas, e serão apresentadas até o fim de Setembro.

§ único. A distribuição dos recursos pelas associações e suas filiais ou núcleos será feita anualmente pelo administrador geral das prisões, ouvidas as direcções das primeiras.

Art. 17.º A direcção organizará a administração como lhe parecer melhor, de modo que a todo o momento se possa verificar com facilidade a vida administrativa da Associação e a sua acção, e podendo para êsse efeito agregar quem julgue conveniente.

Art. 18.º Para os seus serviços administrativos, pedirá a A. P. P. ao administrador geral das prisões o pessoal necessário, que este poderá requisitar aos directores dos estabelecimentos penais, de modo que não façam falta nos respectivos serviços. Quando possam acumular e o façam perceberão uma gratificação modesta que a direcção, com a aprovação do Conselho Penal e Prisional, lhe atribuirá.

CAPÍTULO IV

Sua acção

Art. 19.º A acção de patronato exercer-se-á pela assistência moral e material aos reclusos, durante ou após a prisão, e às suas famílias, quando dela careçam.

§ único. A A. P. P. poderá, quando o julgue justo e necessário, incluir nos benefícios da sua assistência as vítimas imediatas dos crimes.

Art. 20.º A assistência aos reclusos será constituída por: visitas individuais e continuas; conferências; distribuição de livros, folhetos ou fôlhas volantes; e entrega de subsídios em dinheiro ou em objectos de necessidade e utilidade prática.

§ 1.º As visitas terão lugar mediante prévia comunicação genérica, feita pela direcção da Associação ao director do estabelecimento, dos nomes dos actuantes que devem realizá-las. E efectuar-se-ão nos dias e horas marcados pelo mesmo director, que, para fazê-lo, terá em conta a disciplina interna da prisão e a necessidade da assistência em cada caso.

§ 2.º As conferências versarão especialmente assuntos morais ou educativos e de ordem prática, como artes e officios, agricultura e indústrias, e obedecerão a um plano seguido.

O tema e o conferente devem ser julgados bons pelo director do estabelecimento e autorizados pelo administrador geral das prisões.

Os assuntos morais e educativos só serão versados em conferência mediante autorização especial e prévio conhecimento da sua matéria, nos mesmos termos.

§ 3.º Os impressos serão distribuídos aos reclusos por intermédio da biblioteca do estabelecimento, se a houver, e só na sua falta poderá ter lugar a distribuição directa, fazendo-se registo dela e dando-se cópia do registo ao director, que a aprovará e arquivará. O seu conteúdo não será contrário à moral e bons costumes, às Instituições e às autoridades, e versará sempre que seja possível, além dos assuntos referidos no § 2.º, assuntos práticos e simples, e língua portuguesa, geografia e história. Será presente neste caso ao administrador geral uma relação dos títulos acompanhada dos respectivos exemplares, para lhe dar ou recusar a sua aprovação, e o director poderá, quando entender, exigir visto do despacho approvador.

§ 4.º Os subsídios em dinheiro ou objectos úteis serão distribuídos por intermédio do director do estabelecimento ou não, conforme o regime dêste.

Art. 21.º A direcção procurará, quanto possível, atender os rogos e pedidos dos reclusos, quer respeitem a assuntos internos da prisão que lhes interessem, quer aos seus legítimos interesses externos.

Art. 22.º Aos actuantes visitantes é prohibido imiscuírem-se em quanto se refira à administração e disciplina interna das prisões. Apenas podem representar, no que lhes pareça útil, ao director ou ao administrador geral, sempre de modo conveniente e discreto.

Art. 23.º A assistência aos reclusos, após a prisão, exerce-se:

1.º Pelo recolhimento em albergue próprio, se fôr necessário e enquanto durar a necessidade, quando a A. P. P. o possuir;

2.º Pela protecção junto de quem possa dar-lhes trabalho ou colocação;

3.º Pelo amparo moral, quando dêle careçam e o solicitem, após a regularização da sua vida e em qualquer circunstância dela.

Art. 24.º A A. P. P. organizará o cadastro dos reclusos que saiam em liberdade, com todos os elementos de informação da respectiva prisão, mesmo confidenciais, e os que resultem do próprio conhecimento e observação.

§ único. A Associação deverá procurar manter contacto com os condenados libertados, seja qual fôr a sua situação.

Art. 25.º A cada um fornecerá gratuitamente um livrete de informação, cujo modelo o administrador geral das prisões fixará, e que servirá para o acreditar onde quer que isso lhe seja necessário. E tal livrete será considerado official, embora não substitua o bilhete de identidade.

Art. 26.º A A. P. P., logo que os seus recursos lhe permitam, criará em Lisboa, no Pôrto e em Coimbra albergues penais, destinados a recolher e dar guarida aos reclusos libertados, pelo tempo indispensável para obterem trabalho ou colocação e ainda transporte para lugar diferente.

Art. 27.º Nos serviços officiais do Estado, dos corpos ou corporações administrativas e nos serviços autónomos serão especialmente atendidas as recomendações da direcção da A. P. P. tendentes a empregar ou dar trabalho aos libertados que possuam boa informação no seu livrete.

Art. 28.º Os libertados, ainda que reintegrados na vida social, poderão dirigir-se à A. P. P. solicitando o seu amparo e assistência sempre que dela precisem, e a direcção atendê-los-á, como e sempre que puder, desde que, pela sua conduta na vida livre, o mereçam.

Art. 29.º A assistência às famílias dos reclusos exerce-se pela protecção e amparo prestados às suas consortes e filhos, recomendáveis pelas suas condições de vida.

Art. 30.º A A. P. P. dará guarida nos seus albergues às famílias dos reclusos que, de fora do local onde estiver a prisão, vão de visita aos mesmos e pelo tempo indispensável.

§ único. Enquanto não dispuser de albergues poderá a A. P. P. subsidiar as referidas famílias, a quem o subsídio seja indispensável, indicando-lhes casa de reconhecida moralidade onde se hospedem, conforme a sua condição.

Art. 31.º A A. P. P. prestará às mesmas famílias dos reclusos todos os esclarecimentos e informações que a estes respeitam e que lhe sejam pedidas.

Art. 32.º A A. P. P. recolherá em estabelecimentos próprios, ou pedirá o seu recolhimento nos da Assistência Pública, os filhos dos reclusos, de menor idade, que estejam abandonados ou sem amparo, ou em perigo moral.

§ 1.º Os menores em perigo moral serão colocados nos estabelecimentos das tutorias.

§ 2.º A A. P. P. tem legitimidade para requerer perante as tutorias as providências legais que interessem a estes menores.

§ 3.º Para os efeitos do preceituado neste artigo serão desde já postas à disposição da A. P. P. a direcção e administração da creche existente na Cadeia Feminina das Mónicas e as suas instalações, devendo ser-lhe entregues as receitas que possua ou venham a ser atribuídas à sua sustentação, antes de ter dotação própria.

CAPÍTULO V

Seus recursos

Art. 33.º Os recursos da A. P. P. são officiais ou extra-officiaes. Consideram-se officiais os provenientes do Es-

tado, dos corpos e corporações administrativas, da Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância e de quaisquer serviços públicos. São extra-officiais os que provenham de qualquer outra origem.

Art. 34.º Pertencem à primeira espécie e deverão ser-lhe entregues:

1.º A taxa paga pelas visitas extraordinárias aos reclusos e aos estabelecimentos, que será fixada pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, sob proposta da Administração Geral das Prisões, com informação do respectivo director;

2.º A cota do salário dos reclusos devida à família quando esta seja subsidiada pela A. P. P. e a devida à vítima do delito quando não seja reclamada no prazo de dois anos;

3.º A parte que em cada ano vier a ser atribuída a este fim do fundo da Assistência Pública;

4.º Os subsídios que lhe forem destinados por qualquer futura dotação orçamental pelos corpos e corporações administrativas, pela Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância e pela administração de serviços públicos autónomos;

5.º A taxa de 2\$50 paga por cada pedido de indulto, liquidada a título de emolumento;

6.º A taxa de 10\$, paga por cada proposta de contrato de alimentação de presos, liquidada do mesmo modo.

Art. 35.º Constituem recursos extra-officiais:

1.º As contribuições dos sócios (actuaes ou protectores);

2.º O produto de qualquer subscrição, particular ou pública;

3.º O produto de doações que venham a ser-lhe feitas ou de legados que venham a ser-lhe deixados;

4.º Os rendimentos de bens ou fundos próprios, quando os possua;

5.º O de quaisquer festas organizadas pela A. P. P. ou com a sua aprovação.

CAPÍTULO VI

Seu desenvolvimento

Art. 36.º Deverão constituir-se em Coimbra e Pôrto filiais da Associação de Patronato de Prisões, que se regerão por este estatuto. Compete ao administrador geral das prisões promover a sua organização e a integração nela de todas as instituições congéneres existentes.

Art. 37.º O presidente da direcção será o administrador geral das prisões e, na sua ausência, o director do estabelecimento penal mais importante ou pessoa por aquele indicada.

Art. 38.º Nas demais terras do País devem constituir-se núcleos de patronato dependentes da A. P. P., da área do respectivo distrito da Relação, sendo presididos pelo delegado do Procurador da República.

§ único. As associações do Pôrto e Coimbra instalar-se-ão numa dependência do respectivo Tribunal da Relação; as filiais ou núcleos terão a sua sede numa dependência do respectivo tribunal judicial.

Art. 39.º A vida destas delegações ou núcleos terá o seu regimento próprio, que será o da A. P. P. ajustado às suas condições especiais e aprovado pelo administrador geral das prisões, arquivando-se na Administração Geral um duplicado e uma cópia das modificações que venham a ser-lhe introduzidas.

Disposições diversas

Art. 40.º A direcção da A. P. P. prestará espontaneamente, quando julgue conveniente, informações, que serão consideradas oficiais, sobre qualquer pedido de in-

dulto ou outro acto que modifique a situação dos reclusos, e do mesmo modo prestará ao administrador geral as que este lhe solicitar.

Art. 41.º A Associação fornecerá a cada sócio actuante um bilhete de identidade, com fotografia, que levará o selo branco da Administração Geral das Prisões, e que o acreditará, para os efeitos da sua acção.

Art. 42.º Na Administração Geral das Prisões organizar-se-á o registo das associações de patronato, filiais ou núcleos, e a inscrição no registo, que pode ser recusada, autoriza o seu funcionamento, publicada que seja no *Diário do Governo* a respectiva nota.

Art. 43.º A direcção da A. P. P. organizará a estatística correspondente a toda a acção de patronato da Associação.

Art. 44.º A direcção apresentará anualmente ao Conselho Penal e Prisional, que passará ao Ministro com a sua informação, um relatório da sua acção, e nele proporrá o que entender, para a desenvolver ou melhorar.

Art. 45.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 22 de Abril de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—Mário Pais de Sousa—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—António Lopes Mateus—Luiz António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Armindo Rodrigues Monteto—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 21:176

Considerando que, desde que ao presidente do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência sejam conferidos poderes bastantes, não há necessidade de manter, no estado actual dos serviços a cargo da mesma Caixa, o número de vogais estabelecido pelo artigo 6.º do decreto n.º 16:665, de 27 de Março de 1929, representando a redução daquele número uma economia para a instituição;

Considerando que, sendo o regulamento da mesma Caixa, aprovado pelo decreto n.º 8:612, de 29 de Maio de 1919, omisso no que respeita aos casos de empate (nas votações), se tem considerado ser aplicável ao referido conselho o disposto no artigo 8.º do citado regulamento, que determina a convocação de um funcionário superior do quadro do mesmo estabelecimento;

Considerando que não há razão para que subsista semelhante prática e que em qualquer caso se imporia a fixação de princípios que evitassem situações que até podem ser tidas como menos disciplinares;

Tendo ainda em vista a necessidade de legalmente esclarecer as condições em que têm validade as deliberações do conselho de administração sobre os assuntos sujeitos à sua competência;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331,